Processo nº 52/2004

Data: 15.04.2004

Assuntos : Julgamento à revelia.
Nulidade do julgamento.

SUMÁRIO

- 1. A fim se assegurar o funcionamento do princípio do contraditório, estatui a Lei processual penal a obrigatoriedade da presença do arguido na audiência de julgamento, só em casos excepcionais podendo o mesmo ser julgado à revelia; (cfr. 313º, nº 1 do C.P.P.M.).*
- 2. Para além dos casos de “revelia consentida”, em que o próprio arguido consente que o julgamento tenha lugar na sua ausência, apenas pode o arguido ser julgado à sua revelia quando não puder ser notificado do despacho que designa a data para a audiência de julgamento ou se a esta faltar injustificadamente; (artº 315º, nºs 1 e 2).*
- 3. Fora destes casos, é nulo o julgamento efectuado sem a presença do arguido; (artº 106º, al. c)).*

O relator,

José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Em audiência Colectiva no T.J.B., respondeu a arguida A, com os sinais dos autos, vindo a ser condenada como autora da prática de um crime de “uso de documento falso”, p. e p. pelo artº 11º, nº 3 da Lei nº 2/90/M, na pena de 8 (oito) meses de prisão, suspensa na sua execução por um período de 2 (dois) anos; (cfr. fls. 486 a 487-v).

Do assim decidido, veio a arguida recorrer, motivando para concluir que:

- “A) A Notificação Edital só se emprega nos casos determinados por incerteza de lugar do citando ou em casos de incerteza das pessoas.*
- B) In concreto, a previsão não se encontra preenchida porquanto a ora Recorrente vive em Macau existe certeza em relação aos seus elementos de identificação pessoal e domicílio.*

- C) *Pelo que o Despacho recorrido está inquinado de ilegalidade por violação do n°1, art° 316° do CPP o qual, salvo melhor opinião, não é de aplicação aos autos sub judice.*
- D) *Devendo, salvo melhor opinião, ser aplicável ao caso concreto outra forma de comunicação com a ora Recorrente, tal qual como o Tribunal a quo fizera anteriormente;*
- E) *A al. a), n° 1, art° 50° do CPP foi violada pelo Tribunal a quo visto que a ora Recorrente tem o direito a estar presente à audiência de julgamento;*
- F) *O n° 1, art° 52° do CPP foi violada pelo Tribunal a quo visto que tendo a ora recorrente Advogado constituído, dever-se-ia, assim, ter notificado o mandatário sobre tudo quanto afectasse a defesa dos dois interesses da Recorrente.*
- G) *Todos os normativos, salvo melhor opinião, deverão ser aplicados no sentido de permitir à ora Recorrente estar presente na audiência de julgamento e o mandatário forense ser sempre notificados em tempo útil de qualquer diligência que diga respeito à defesa dos interesses da sua constituinte”; (cfr. fls. 498 a 501).*

Respondeu o Digno Magistrado do Ministério Público pugnando pela improcedência do recurso; (cfr. fls. 511 a 521).

Admitido o recurso com efeito e modo de subida adequadamente fixados, vieram os autos a este T.S.I..

Em sede de vista, opina a Ilustre Procuradora-Adjunta no sentido de se dever declarar nulo o julgamento efectuado; (cfr. fls. 532 a 533-v).

Lavrado despacho preliminar e colhidos os vistos dos Mm^{os} Juízes-Adjuntos, cumpre decidir.

Fundamentação

2. Analisados os presentes autos e ponderado o teor da motivação de recurso assim como da Resposta e Parecer do Ministério Público, somos de opinião ser de se acolher a posição neste último assumida pela Ilustre Procuradora-Adjunta no sentido de se declarar nulo o julgamento efectuado, pois que foi a arguida ora recorrente julgada “à revelia” sem que verificados estivessem os legais pressupostos para tal.

De facto, como se vê do teor da acta de fls. 60 a 60-v, perante a não comparência da arguida à audiência de julgamento, e não obstante ter sido para tal pessoalmente notificada, deliberou o Colectivo “a quo” adiar a mesma audiência para o dia 18.11.2003, ordenando, de imediato, a sua “notificação pessoal e edital”, e, consignando ainda que “no caso de não aparecer, ser imediatamente julgada à revelia”.

Ora, como é sabido, o julgamento à revelia – para além dos casos de “revelia consentida” em que o próprio arguido consente que o julgamento tenha lugar na sua ausência – pode ter lugar nos casos em que não se

conseguir notificar o arguido do despacho que designa o dia para a audiência ou nas situações em que não obstante notificado, a esta “faltar injustificadamente”; (cfr., artº 315º, nº 1 do C.P.P.M.).

Na situação em causa, a arguida tinha sido pessoalmente notificada para a audiência, e, após a sua não comparência, no prazo legal, veio justificar a sua falta (cfr. fls. 464 a 465), que, aliás, por posterior despacho, veio a ser julgada justificada; (cfr. fls. 469).

Não obstante isso, na nova data designada, e apesar de antes de se iniciar a audiência de julgamento ter-se junto aos autos expediente subscrito pelo Exmº Mandatário da arguida a informar que a mesma se encontrava doente (cfr. fls. 476), prosseguiu-se com o julgamento à sua revelia (cfr. fls. 477 e 477-v), proferindo-se, a final, a decisão que atrás de deixou consignada.

Perante isto, somos pois de opinião que se deve declarar nulo o julgamento efectuado, pois que, para além de se constatar que inobservados foram os preceitos legais para que fosse a arguida julgada à revelia, verifica-se que, com o mesmo, se cometeu a nulidade insanável do artº 106º, al. c) do C.P.P.M.: “a ausência do arguido ... nos casos em que a lei exigir a ... comparência”.

Assim, tratando-se – como se prescreve no referido artº 106º – de “nulidade insanável” e que “deve ser officiosamente declarada em qualquer

fase do procedimento”, impõe-se declarar-se nulo o julgamento efectuado assim como os actos que se lhe seguiram; (cfr. artº 109º nºs 1 e 2 do C.P.P.M.).

Decisão

3. Nos termos que se deixam expostos, acordam declarar nulo o julgamento efectuado, devendo os autos baixar ao T.J.B. a fim de, aí, após observadas as devidas formalidades legais, se proceder a novo julgamento da arguida ora recorrente.

Sem custas.

Macau, aos 15 de Abril de 2004

José Maria Dias Azedo (Relator)

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong